



Há países europeus onde a justiça é mais demorada do que a nossa

Rui Patrício O primeiro-ministro António Costa aludiu ao caso Madoff para condenar a lentidão da justiça portuguesa. Só por ignorância se pode fazer esta comparação, diz o advogado

Entrevista
Ana Henriques (texto)
e Nuno Ferreira Santos (foto)

Tem defendido arguidos de praticamente todos os megaprocessos que surgiram em Portugal: *Operação Marquês*, *Face Oculta*, *Operação Fizz*. A exercer há duas décadas e meia, o penalista Rui Patrício fez até há pouco tempo parte do Conselho de Prevenção da Corrupção e também já integrou o Conselho Superior da Magistratura. Membro do conselho de administração da Fundação Berardo, órgão em que representa os interesses do Estado, não descarta tornar-se um dia bastonário dos advogados ou mesmo deputado.

O Presidente da República aludiu, uma vez mais, à lentidão da justiça na abertura do ano judicial, no mês passado. Continua a ser um problema?

Tem-se a ideia de que a justiça é mais demorada do que aquilo que é na realidade. Desde que me tornei advogado, há 25 anos, em geral melhorou muito. As pessoas falam muitas vezes de cor, com base em impressões e sem saberem de que estão a falar. Se o Presidente da República se referia a casos concretos, não sei comentar. Se pretendia fazer uma metáfora sobre a importância da celeridade processual para exortar o legislador e os actores judiciários a empenharem-se a serem mais céleres, sem prejuízo da profundidade necessária ao tempo da justiça, estou de acordo. Mas a celeridade não pode ser conseguida à custa de coisas essenciais como as garantias de arguidos e ofendidos e a busca da verdade material – embora também seja verdade que quando demora muito tempo já não chega a tempo. Não podemos avaliar o sistema em função de 20 ou 30 megaprocessos.

Essa lentidão estende-se às acções executivas e aos tribunais administrativos e fiscais...

Existem áreas onde a demora ainda é patológica. Mas os exemplos que deu não representam a totalidade do sistema de justiça. A maioria dos processos demora hoje um tempo razoável a resolver-se. E há países como a Espanha, Itália e França onde a justiça é mais demorada do que a nossa. Nas áreas onde as demoras se fazem sentir só lhe posso falar dos megaprocessos, que é aquela que conheço. E há megaprocessos que, por serem grandes e complexos, têm de levar o seu tempo – que não é compatível com o tempo das notícias.

Os megaprocessos são inevitáveis?

Não há uma obrigação legal de juntar tudo no mesmo processo. Bem sei que há uma tradição e também regras de conexão processual. Que há um certo gosto por parte das autoridades da investigação em fazer megaprocessos. Mas não há nenhum impedimento legal à separação dos processos. Às vezes tenho dificuldade em compreender por que não se fatiam os megaprocessos.

Será possível fazê-lo em todos os casos?

Na maior parte. Nomeadamente naqueles que juntam muitos arguidos e factos sem ligação entre si. E não é preciso rever a lei. São opções. Vamos lá a ver: os megaprocessos têm vantagem do ponto de vista do aligeiramento da prova: podem criar-se padrões de prova do sector A e exportá-los para o sector B. E têm peso, têm força. **É uma questão de prestígio do Ministério Público?**

É uma questão de dimensão: tendo uma certa dimensão, o processo esmaga. E isso, do ponto de vista da dinâmica processual, tem alguma importância, pela repercussão na



Tenho dúvidas sobre a necessidade de classificar legalmente todos os processos de violência doméstica como urgentes. Isso provoca um afogamento do Ministério Público

opinião pública e das consequências que isso tem no próprio processo. Quanto maior for, mais impressiona.

Por outro lado, há 15 anos que ouço o discurso da falta de meios. Se calhar não há um problema de falta de meios em Portugal. A questão é como é que os usamos. A justiça portuguesa tarda em enfrentar uma questão inevitável, apesar de ela ser contrária à nossa ordem jurídica: a da legalidade *versus* oportunidade nos processos.

O que é isso?

Não podemos continuar a lamentar a demora e ao mesmo tempo a investigar tudo o que surge num caso, da linha de coser até ao alfinete, à agulha e ao dedal.

Enquanto vigorar este princípio de legalidade, vamos ter megaprocessos intermináveis.

Dê-me um exemplo concreto...

Numa sala com 20 cadeiras o princípio da legalidade obriga-me a investigá-las a todas. O da oportunidade permite-me escolher quais delas investigo, de acordo com critérios pré-fixados: as coisas mais importantes, mais urgentes... os anglo-saxónicos usam este princípio. Nós adoramos comparar coisas incomparáveis. Ouço às vezes: "Noutros países os processos andam tão rapidamente". Não é tão verdade quanto isso e, nalguns casos, estamos a fazer comparações com realidades anglo-saxónicas, e não com a Europa continental. Existem também na justiça anglo-saxónica soluções de justiça negociada, ligadas também ao princípio da oportunidade, que são outra forma de conseguir soluções mais céleres. Não é com mais quatro



Leia a entrevista na íntegra em www.publico.pt



É preciso não cairmos no exagero. Do ponto de vista jurídico, é discutível se os animais têm direitos

Não estou com isto a tirar dramatismo a estas situações, algumas das quais são tenebrosas. O que estou a dizer é que, enquanto sociedade, funcionamos por ciclos, e agora não se fala noutra coisa – o que tem o efeito de se achar que Portugal é um país cheio de violência doméstica, quando hoje há muito menos violência doméstica do que há 30 anos. O perigo é o de se banalizar o discurso sobre o assunto. E existem muitas queixas que são armas de arremesso: as pessoas têm desavenças e queixam-se de violência doméstica para ganharem vantagem processual ou se vingarem da outra parte. Tenho dúvidas sobre a necessidade de classificar legalmente todos os processos de violência doméstica como casos urgentes, como sucede actualmente, porque isso provoca um afogamento por parte do Ministério Público, que tem de lidar com eles e significa que os verdadeiramente urgentes andam com a mesma celeridade ou falta dela do que aqueles que o não são.

Como encara a delação premiada?
Se falamos de um sistema como o brasileiro, em que há um contrato escrito que incentiva sobretudo a incriminação de terceiros em troca de uma determinada consequência processual, sou contra. Se estamos a falar de uma colaboração como a que já existe na nossa Lei da Droga, em que a assunção de determinadas responsabilidades e o contributo para a descoberta de eventuais responsabilidades de terceiros pode ter determinada consequência ao nível da pena, sou a favor. Aqui a pessoa não sabe em que pena vai ser condenada. As declarações do colaborador premiado não podem ser encaradas como uma verdade absoluta e universal, como acontece

no Brasil, em que tudo o que ele diz está certo, sobretudo quando dá aos investigadores aquilo que eles querem. Têm de ser valoradas com a devida cautela e confirmadas por outros meios de prova.

As intenções do Governo português nesta matéria agradam-lhe?

Não são suficientemente detalhadas. Mas o que retiro como orientação geral é mais uma solução próxima do que defendendo do que da solução brasileira.

Marcelo Rebelo de Sousa instou os parceiros da justiça a firmarem um pacto contra a corrupção...

Tudo o que sejam exortações para que os operadores judiciários se entendam, acho muito bem. Eu preferia um pacto para a justiça. A corrupção, tal como a violência doméstica, passou a estar na agenda.

A procuradora-geral da República mencionou, na abertura do ano judicial, a forma como a criminalidade económico-financeira se cola à pele do poder político e económico. Quer comentar?

Admiro a coragem das pessoas que hoje em dia aceitam certos cargos, apesar de isso as colocar imediatamente sob suspeita. Hoje em dia as notícias são sobre meia dúzia de temas, com os processos criminais à cabeça. Tornou-se quase um entretenimento. Tudo isto conjugado, mais a crise e o maior escrutínio dos cidadãos, levou a um caldo sociológico em que há uma enorme presunção de culpa. O que, a continuar, nos poderá conduzir à complicada situação de não termos pessoas disponíveis para desempenhar esses cargos.

Vê-se a desempenhar um desses cargos?

Executivos, não.

E bastonário dos advogados?

Vou dar-lhe aquela resposta que dão os políticos quando não querem dizer que sim nem que não: não vejo nem deixo de ver. Não está nos meus projectos, mas também não é uma coisa que exclua. Se me perguntar se me vejo como ministro, digo-lhe que não, não tenho apetência nem perfil.

E como deputado?

Talvez.

O Tribunal Constitucional vai

pronunciar-se em destes dias sobre a lei que criminaliza os maus tratos aos animais. Como vê o súbito interesse da sociedade portuguesa por estas questões?

Adoro animais e tive vários cães ao longo da vida, um deles durante 15 anos, de quem gostava muitíssimo. Morreu de velhinho. Não posso ser mais sensível à questão dos animais. Dito isto, é preciso não cairmos no exagero. Do ponto de vista jurídico, é discutível se os animais têm direitos. Ainda que os possuam, tenho muitas dúvidas de que constituam um bem jurídico que implique a intervenção do direito penal.

Quais são, neste momento, os principais problemas que enfrentam os advogados?

A falta de trabalho. Há mais de 30 mil advogados no país.

Como se resolve?

A quantidade de trabalho não aumenta por decreto. Tem a ver com a dinâmica da economia, com a sociedade, com circunstância não-domináveis. Reduzir o número de advogados é um problema, porque é uma profissão liberal. Teríamos de lidar com questões como quotas, um acesso mais restrito à profissão ou então fechar a torneira nas faculdades de Direito. Mas não sei como se resolve esta equação. A OCDE e as autoridades da concorrência estão a tentar acabar com os advogados, abrindo a outras profissões actos que são próprios dos advogados. E isso é um problema não só para os advogados como para as pessoas, piorando a cidadania e a defesa dos direitos, liberdades e garantias.

Como encara a polémica em torno dos poderes das chefias do Ministério Público?

Como muito barulho por pouco. O Ministério Público é hierarquizado, e isso não pode ser uma fórmula vazia ou protocolar. Autonomia é compatível com hierarquia, e existem mecanismos vários de salvaguardar essa compatibilidade, e ainda a consciência do magistrado e a transparência. E os procuradores não são juizes. Já para não falar nos vários “processos de intenções” e no costumeado bicho papão da politização.

ana.henriques@publico.pt

vezes até com comparações erradas. Quando se diz: “Ah, o processo Madoff foi tão rápido...” Não foi nada, é ignorância.

Está a chamar ignorante ao primeiro-ministro, que fez recentemente uma afirmação desse género?

Não. Estou a dizer que afirmar que o processo Madoff foi rápido é ignorância. Demorou até bastantes anos, e tem muito que se lhe diga. As pessoas é que só lhe conhecem o fim.

Se a celeridade não é um problema, quais são os problemas da justiça portuguesa?

A fundamentação das sentenças dos juizes, que deve ser mais simples e mais ligada ao caso concreto, com menos citações. E questão das custas judiciais, que afecta a esmagadora maioria dos utentes da justiça, por não estarem ao alcance do cidadão médio.

O que defende, a esse nível?

Uma redução significativa e a adaptação das custas às verdadeiras possibilidades das pessoas, como nos impostos. Podemos medir isso pelo IRS ou de outra forma. Outro tema importantíssimo é o do apoio judiciário. É preciso que o Estado pague bem e a tempo e horas aos defensores oficiosos. É preciso rever os honorários. E depois tem de se avaliar o modo como o apoio judiciário é exercido, porque neste momento não há mecanismos de escrutínio.

Os jovens advogados que trabalham para as grandes sociedades são mantidos em situações precárias?

Isso é um mito total, uma ideia demagógica. Na generalidade das grandes sociedades, a sua situação é confortável. São bem remunerados. Ganham mais do que o ordenado médio português e têm direitos, não são proletarizados. Se calhar têm uma situação precária é nos escritórios mais pequenos.

Também tem tido casos de violência doméstica. Como encara este fenómeno na sociedade portuguesa, que parece não regredir, e as medidas anunciadas pelo Governo?

Embora seja um problema real, o discurso sobre a violência doméstica também está na moda.

peritos e três magistrados que se vai resolver o problema dos megaprocessos.

E pode não se investigar matérias que configurem ilícitos criminais?

É isso que acontece no Reino Unido e nos EUA. Quem tem a responsabilidade de investigar escolhe. Os critérios podem ser fixados numa lei de orientação de prioridades de investigação criminal, ou pela hierarquia do Ministério Público, ou pelo titular do processo concreto, que justifica a sua opção. Nos países em que este princípio vigora, nunca ninguém morreu por causa disto. Vamos imaginar que em determinado ano se dá prioridade à investigação dos crimes A, B e C. Deixam-se de lado os crimes D, E e F. Enchemos a boca com comparações com os EUA – às



Edição Lisboa • Ano XXX • n.º 10.883 • 1,30€ • Segunda-feira, 10 de Fevereiro de 2020 • Director: Manuel Carvalho Adjuntos: Amílcar Correia, Ana Sá Lopes, David Pontes, Tiago Luz Pedro Directora de Arte: Sónia Matos



Arrendar casa em Lisboa é mais difícil que em Barcelona e Berlim

Nas três cidades, uma análise que cruza rendas e rendimentos de um agregado a residir num T2 mostra que a taxa de esforço dos 30% é ultrapassada. Mas em Lisboa quase duplica e chega a 58% **Economia, 22/23**

Congresso do PSD Rui Rio aposta na reforma da justiça e sistema político p2 a 5 e Editorial



“Tem-se a ideia de que a justiça é mais demorada do que é”

Advogado em quase todos os megaprocessos, Rui Patrício dá, em entrevista, a sua visão crítica sobre alguns temas na “agenda”, como a violência doméstica ou a corrupção p14/15



Resgatar do esquecimento Francisco de Holanda

Exposição em Évora permite rever “uma idade do ouro perdida” de que o pintor foi figura maior p34/35



“Um grupo torna-se sempre mais unido se tiver o que odiar”

Em entrevista, o professor Fahali Moghaddam fala de como os radicalismos se alimentam mutuamente p10/11

Turismo desenvolveu os Açores e já se fala em contê-lo

O primeiro arquipélago do mundo que é destino turístico sustentável quer evitar massificação p20/21

Portugal recusa numa semana 48 mil toneladas de lixo importado

Duplicação da Taxa de Gestão de Resíduos em Agosto quer desincentivar depósito em aterros p18